

AS RELAÇÕES SOCIAIS NA CIDADE GRANDE: COMO AS DESIGUALDADES SOCIAIS PROVÊM DO INTERESSE COMUM

SOCIAL RELATIONS IN THE BIG CITY:

HOW SOCIAL INEQUALITIES COME FROM COMMON INTEREST

RELACIONES SOCIALES EN LA GRAN CIUDAD:

CÓMO LAS DESIGUALDADES SOCIALES SURGEN DEL INTERÉS COMÚN

Thalia Almeida¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo propor reflexões e analisar dois séculos distintos segundo uma mesma temática: as relações sociais produzidas no espaço urbano e os seus reflexos nas desigualdades sociais da cidade grande. Sobre o período, o trabalho está pautado no século XIX, marcado pelo advento da indústria com a Revolução Industrial, e no século XXI, comparando como as interações mútuas entre as pessoas são capazes de unir ou separar grupos e como o urbano influencia nessas interações. Sobre o método, o artigo está embasado na metodologia fenomenológica e em pesquisas bibliográficas, buscando entender a teoria de seus autores a partir de uma observação do real. A justificativa para essa análise reside no entendimento de que, mesmo em séculos e autores de períodos distintos, é possível perceber comportamentos sociais semelhantes na cidade grande. A partir disso, conclui-se que as relações sociais são capazes de gerar desigualdades, tanto visíveis como invisíveis, no urbano.

PALAVRAS-CHAVE: cidade; desigualdades; espaço urbano; relações sociais.

¹ Arquiteta e urbanista; Mestranda pelo PPGArq (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Rio de Janeiro - RJ, Brasil
thaliaalmeida.arq.urb@gmail.com

ABSTRACT

This article aims to propose reflections and analyze two distinct centuries based on the same theme: the social relations produced in urban spaces and their impact on social inequalities in large cities. Regarding the period, the work is based on the 19th century, marked by the advent of industry with the Industrial Revolution, and the 21st century, comparing how mutual interactions between people are capable of uniting or separating groups and how the urban environment influences these interactions. Regarding the method, the article is based on the phenomenological methodology and bibliographical research, seeking to understand the theory of its authors based on an observation of reality. The justification for this analysis lies in the understanding that, even in centuries and authors from different periods, it is possible to perceive similar social behaviors in large cities. From this, it is concluded that social relations are capable of generating inequalities, both visible and invisible, in urban areas.

KEYWORDS: *city; inequalities; urban space, social relations.*

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo proponer reflexiones y analizar dos siglos diferentes en torno a una misma temática: las relaciones sociales producidas en el espacio urbano y sus reflexiones sobre las desigualdades sociales en la gran ciudad. En cuanto al período, el trabajo se centra en el siglo XIX, marcado por el advenimiento de la industria con la Revolución Industrial, y en el siglo XXI, comparando cómo las interacciones mutuas entre personas son capaces de unir o separar grupos y cómo el entorno urbano influye en estas interacciones. En cuanto al método, el artículo se fundamenta en la metodología fenomenológica y la investigación bibliográfica, buscando comprender la teoría de sus autores a partir de una observación de la realidad. La justificación de este análisis radica en comprender que, incluso en siglos y autores de diferentes épocas, es posible percibir comportamientos sociales similares en la gran ciudad. De esto se concluye que las relaciones sociales son capaces de generar desigualdades, tanto visibles como invisibles, en el entorno urbano.

PALABRAS CLAVE: *ciudad; desigualdades; espacio urbano, relaciones sociales.*



INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de uma observação sobre as relações sociais na cidade grandeⁱ, comparando dois períodos distintos. A partir disso, o estudo a seguir tem como objetivo compreender tais relações no espaço urbano, oriundas da modernidade, e como elas interferem na vida dos seus habitantes. Este artigo tem como recorte temporal o século XIX, devido às mudanças ocorridas no meio urbano, fruto das mudanças tecnológicas e do planejamento da cidade, em comparação com a cidade do século XXI, analisando relações sociais ainda presentes na atualidade. Para comparar e discutir as diferentes relações sociais ocorridas na cidade grande, o presente trabalho tem como metodologia a análise e comparação de reflexões de autores sobre a temática em diferentes épocas, além de verificar o que está sendo reportado em grandes cidades com relação a problemas urbanos fruto das desigualdades. Dessa forma, o principal objeto de estudo aqui é a cidade grande e suas relações sociais, capazes de se desdobrar em desigualdades no meio urbano.

O estudo tem como aporte teórico as ideias trabalhadas pelo sociólogo alemão Georg Simmel, em seu texto “As grandes cidades e a vida do espírito”, de 1903, analisando a cidade grande nos conceitos de modernidade. Em comparação com uma perspectiva mais recente, serão trabalhadas as ideias do também sociólogo Zygmunt Bauman em seu livro “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual”, de 2003, somado à sua outra obra “Confiança e medo na cidade”, de 2005. Além dos dois autores, o artigo também conta com as reflexões do arquiteto e urbanista Flávio Villaça, em “Espaço intra-urbano Brasil”, de 2017, e seu artigo sobre a cidade paulista em “São Paulo: segregação urbana e desigualdade”, de 2011, tratando sobre os tempos de deslocamento na cidade e como eles conseguem limitar os acessos das pessoas na rotina do dia a dia. Em contribuições com o olhar sobre o espaço urbano, o trabalho dispõe de grandes reflexões do filósofo francês Henri Lefebvre com suas obras “A Revolução Urbana” (1970) e “A cidade do capital” (1978).

As concepções sobre os comportamentos das pessoas na cidade grande buscam comparar duas épocas distintas, estando apoiadas em dois autores principais de períodos também distintos (Georg Simmel e Zygmunt Bauman). Contudo, são autores que possuem pensamentos que dialogam entre si com relação aos comportamentos humanos em um ambiente onde o fenômeno urbanoⁱⁱ (Lefebvre, 1970) se faz presente.

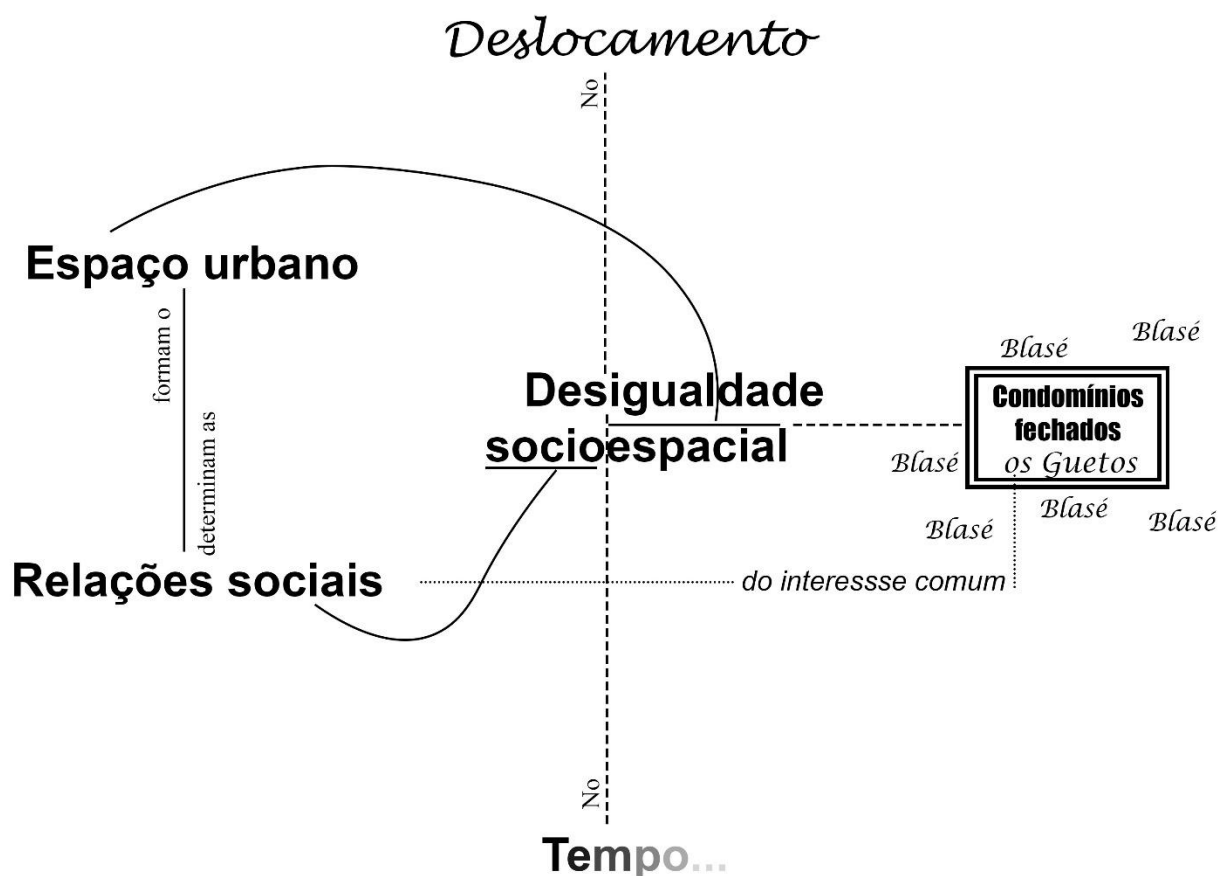
Atualmente o fenômeno urbano surpreende por sua enormidade; sua complexidade ultrapassa os meios de conhecimento e os instrumentos de ação prática. Ele torna quase evidente a teoria da complexificação, segundo a qual os fenômenos sociais vão de uma certa complexidade (relativa) a uma complexidade maior. Teoria que nasce nas ciências ditas “da natureza” e na teoria geral da informação, mas que se desloca para a realidade social e seu conhecimento. As relações sociais nunca são simples, mesmo numa sociedade arcaica (Lefebvre, 1999, p. 51).

O texto está construído de forma a analisar, inicialmente, como a cidade grande é capaz de interferir nas relações sociais que os indivíduos têm entre si, capazes de originar desigualdades. Arelado a isso, o artigo menciona também a atribuição de valor e, conseqüentemente, gerador de desigualdades espaciais, ao acesso à terra no espaço urbano. Além do fator do capital ser o principal impulsionador das desigualdades, a exemplo das divisões espaciais do “dentro” com o “fora” em condomínios fechados para quem pode pagar pela sua segurança vigiada (Bauman, 2005), o artigo se preocupa também em abordar a questão do valor do tempo na cidade grande, o quanto ele ganha importância e é capaz de limitar os acessos a oportunidades por meio dos deslocamentos dentro do meio urbano. Em continuidade às relações sociais vividas na cidade grande, o texto traz a ideia e explicação do caráter blasé vivido pelo cidadão urbano. Por fim, será abordado a existência dos pequenos grupos de pessoas que se unem a partir de interesses em comum, mas que muitas das vezes acabam por segregar os que não fazem parte do mesmo meio. São



os aqui chamados de guetos do interesse comum, capazes de criar barreiras tanto visíveis como invisíveis na cidade grande.

Figura 1: Fluxograma da relação de ideias trabalhadas.



Fonte: autoria própria, 2025.

O foco principal do presente trabalho está em analisar como a cidade grande, repleta de pessoas, novas tecnologias e deslocamentos, interfere nas relações sociais que os indivíduos têm entre si e seu comportamento no meio urbano, que varia entre pessoas que buscam viver em coletivo e as que buscam ou são submetidas a viver em reclusão. Assim como apresentado no fluxograma acima, e que se inicia com aspectos que se relacionam mutuamente, o espaço urbano é uma construção das relações sociais ao mesmo passo que as relações sociais são influenciadas pela estrutura urbana, o que acaba por de fato marcar essa relação de produção, pois nós produzimos o espaço que ao mesmo tempo também nos produz. Já a escolha pelo afastamento do viver em coletividade pretende analisar o posicionamento indiferente (caráter *blasé*) na cidade complexa. Já com relação às pessoas que são submetidas ao distanciamento, o foco está em apontar como o meio urbano e suas relações sociais propiciam separações e desigualdades, seja monetária, social, de oportunidades ou até de deslocamentos dentro da cidade complexa.



CIDADE GRANDE E SUA INTERFERÊNCIA NAS RELAÇÕES DOS INDIVÍDUOS

A sociedade que vivenciou o período da idade moderna estava inserida em um momento de muitas mudanças, sejam tecnológicas, trabalhistas ou até de interação social dentro da cidade grande. Em um contexto de Revolução Industrial, o advento da máquina fez com que o modo de produção se tornasse mais dinâmico e não mais artesanal, como era realizado no período do feudalismo. A população que passou a residir na cidade grande, carregada do caráter industrial, passa a ter que lidar em um novo ambiente de trabalho, novos deslocamentos dentro da cidade e com mais pessoas circulando, além de novas tecnologias e materiais que surgiram. A cidade de caráter industrial possui agora aspectos que a configuram. Ela deve atender as demandas das novas tecnologias, possuir dinamismo e aspecto funcional. Para que ela funcione é necessário que seja operada, que a mão de obra seja ativa e coopere na produção que move a cidade, mesmo que inserida em um novo sistema e ambiente de trabalho (Mangolin, 2010).

Em um cenário em que o potencial tecnológico de uma cidade aumenta, consequentemente, a sua demanda por mão de obra também aumenta. A cidade se torna mais atrativa, com mais serviços e oferta de emprego. Seu quantitativo populacional aumenta e, em meio a todas essas mudanças ocorrendo de forma tão rápida, a cidade se torna mais complexa, um verdadeiro fenômeno urbano (Lefebvre, 1970).

Diante disso, o sociólogo alemão Georg Simmel aponta como essa mudança de cidade pequena para cidade grande interfere no indivíduo, sendo a cidade pequena mais lenta e habitual. A cidade grande é onde tudo é mais dinâmico, possuindo modificações mais corriqueiras. De acordo com Simmel (1903), seria como se a mudança de escala do pequena para o grande afetasse em como o indivíduo se relaciona com o espaço de dentro, o interior, e limita os contatos com o espaço de fora, o exterior:

A vida na cidade pequena, tanto na Antiguidade como na Idade Média, impunha ao singular, limites de movimento e de relações em direção ao exterior e de autonomia em direção ao interior, sob os quais o homem moderno não conseguiria respirar - ainda hoje o habitante da cidade grande sente um pouco dessa espécie de aperto ao se deslocar para uma cidade pequena (Simmel, 1903, p. 584).

Somado a isso, o autor diz como essa cidade dinâmica frente ao campo traz trocas financeiras entre seus habitantes: “As grandes cidades sempre foram o lugar da economia monetária, porque a multiplicidade e concentração da troca econômica dão ao meio de troca uma importância que não existiria na escassez da troca no campo.” (Simmel, 1903, p. 578). O novo conceito para a relação de troca já passa a estabelecer uma nova relação entre os indivíduos, principalmente se tratando das relações de mercado, no qual o contato entre cliente e fornecedor passa por um distanciamento. Na cidade pequena é possível saber, por exemplo, qual foi o sapateiro que confeccionou o sapato que será sob medida, já na cidade grande, no geral, o máximo de informação obtida do fornecedor será seu nome fantasia, o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e país de produção. Para o sociólogo (1903), o novo modo de produção da cidade, que agora é adjetivada como grande, está pautado no mercado, ou seja, na também grande escala. Trata-se da produção para um “alguém indeterminado”, diferentemente da cidade pequena em que o contato era próximo:

Aqui, o essencial no terreno da psicologia econômica é que nas relações mais primitivas se produz para o cliente que encomenda a mercadoria, de modo que produtor e freguês se conhecem mutuamente. A cidade grande moderna, contudo, alimenta-se quase que completamente da produção para o mercado, isto é, para fregueses completamente desconhecidos, que nunca se encontrarão cara a cara com os verdadeiros produtores. Com isso, o interesse das duas partes ganha uma objetividade impiedosa, seus egoísmos econômicos, que calculam com o entendimento, não têm a temer nenhuma dispersão devida aos imponderáveis das relações sociais (Simmel, 1903, p. 579).



Além disso, as novas trocas financeiras estabelecem novas relações na população. Quando o dinheiro passa a ser um meio entre as trocas (força de trabalho - dinheiro - produto), tudo passa a ter valor, seja um item físico ou não. Essa troca econômica na cidade grande, como afirma Simmel (1903), é o que nivela a qualidade das coisas e, conseqüentemente, é o que possibilita e limita os acessos. O valor monetário quantifica e qualifica, mas também segrega, selecionando quem pode pagar e vivenciar mercadorias, sejam físicas ou imateriais. O valor atribuído à produtos, serviços, lugares e experiências seleciona quem tem acesso a eles. Ao mesmo tempo que o valor seleciona, ele também exclui relações, direitos e oportunidades. Ele define quem pode ter acesso e como são esses acessos.

RELAÇÕES MONETÁRIAS E AS DESIGUALDADES

“Espírito contábil”: termo usado por Simmel para caracterizar o indivíduo da modernidade (1903). As relações de troca agora passam por um quantificador. O dinheiro passa a ser o intermédio das relações e tudo passa a possuir o valor do “quanto”. Tudo é nivelado pelo valor (moradia, produtos, serviços, horas de trabalho, experiências, conhecimento, etc.), mas esse nivelamento também distancia quem não pode pagar o seu preço. As horas trabalhadas são trocadas pelo capital e por meio dele é possível realizar outras trocas, sejam materiais ou não. Desse modo, quanto mais capital uma pessoa deter, maior sua capacidade de troca nesse novo momento da vida dos habitantes da cidade industrial da modernidade. Segundo Georg Simmel (1903), é como se essa constante contabilização já fosse algo rotineiro na vida dos habitantes dessa nova cidade dinâmica, sendo ela muito pautada nas constantes trocas monetárias capazes de determinar oportunidades:

Somente a economia monetária preencheu o dia de tantos seres humanos com comparações, cálculos, determinações numéricas, redução de valores quantitativos e valores qualitativos. Mediante a essência contábil do dinheiro chegou-se, na relação dos elementos da vida, a uma precisão, a uma segurança na determinação de igualdades e desigualdades, a uma univocidade nos acordos e combinações (...). Contudo, são as condições na cidade grande que são tanto as causas como os efeitos desse traço essencial. As relações e oportunidades do habitante típico da cidade grande costumam ser tão variadas e complicadas, e sobretudo: mediante a acumulação de tantos homens, com interesses tão diferenciados, suas relações e atividades engrenam num organismo tão complexo que, sem a mais exata pontualidade nas promessas e realizações, o todo se esfacelaria em um caos inextricável (Simmel, 1903, p. 580).

Dessa forma, o autor permite abrir caminho para uma das consequência mais evidente nas cidades grandes: a desigualdade financeira entre as pessoas. A cidade grande é condicionadora, pois o custo das coisas determina quem pode pagar e, o poder pagar acaba por determinar quem pode ter acesso a oportunidades na vida cotidiana. Oportunidade aqui diz respeito a tanto bens materiais quanto imateriais, como conhecimento, lugares, experiências, construção de novas relações sociais, etc. A limitação a esses bens acaba por condicionar a vida das pessoas, de forma que só quem pode pagar é capaz de vivenciar inúmeros acessos. É o valor das coisas determinando desigualdades. O dinheiro atribui valor, porém é um valor com capacidade de gerar diferenças. Tudo tem valor, mas tudo tem valores diferentes, pois “o dinheiro, com sua ausência de cor e indiferença, se alcança como denominador comum de todos os valores”. (Simmel, 1903, p. 582).

As relações monetárias, que geram desigualdades monetárias, também geram outras desigualdades por consequência, a exemplo da espacial, da educação, do acesso a serviços e oportunidades, etc. Com o poder de compra reduzido, só é possível pagar por produtos que não comprometam as demais contas mensais; só é possível pagar por experiência e conhecimento quando ele está acessível financeiramente; só é possível morar onde o preço da terra seja compatível com a sua renda.



Com relação ao último ponto tratado (o valor da terra), é lastimável ainda no século XXI ser tão presente espaços da cidade na posse de grandes grupos financeiros voltados para a financeirização do lugar. Tais grupos de grande poder monetário visam especular o valor do solo, destinando usos para quando o mercado imobiliário for atrativo, de modo que a relação estabelecida com o lugar se resume ao valor do quanto, como afirma a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik em sua obra “Guerra dos lugares”: “Na linguagem contratual das finanças, os vínculos com o território são reduzidos à unidimensionalidade de seu valor econômico e à perspectiva de rendimentos futuros, para os quais a garantia da perpetuidade da propriedade individual é uma condição.” (2019, p.13). Certamente, os grandes grupos financeiros não irão destinar um uso social para a área quando o mercado imobiliário estiver oportuno para o uso da região. O principal objetivo é especular e destinar para quem pode pagar o preço atribuído ao solo valorizado. Henri Lefebvre trabalha o valor da terra em sua obra “A revolução urbana”, além de expandir a discussão sobre a subordinação do arquiteto frente ao mercado imobiliário.

Quanto ao arquiteto, ele condensa (no sentido do termo criado pelos arquitetos soviéticos entre 1920 e 1925, o “condensador social”) as relações sociais existentes. Queira ou não, ele constrói de acordo com as imposições dos rendimentos (salários e outras remunerações), das normas e valores, isto é, segundo critérios de classe que conduzem à segregação, mesmo quando há vontade de integração e de convívio. Geralmente, o arquiteto se vê aprisionado no “mundo da mercadoria” (Lefebvre, 1999, p. 88).

Vê-se aqui a necessidade do arquiteto de se enquadrar às pressões do mercado imobiliário, sem muitas brechas para o inovador ou a necessidade de atender demandas que muitas vezes não querem ser ouvidas pelos grandes investidores. A vontade de mudança por novas formas de projeto existe, mas as pressões do mercado imobiliário também existem e são maiores. Tudo é mercadoria, seja o solo a ser construído, seja o que está sendo construído nesse solo e até a atividade a ser exercida nessa construção.

Porém, além do custo ser um determinante para o acesso a oportunidades, a distância também é, pois com ela está condicionado o tempo de deslocamento. Um exemplo ao comparar famílias pobres e ricas é abordado por Flávio Villaça ao analisar os deslocamentos espaciais e o tempo, no qual “entre os mais pobres, é maior o número de trabalhadores por família (...). Por isso, seus deslocamentos, além de mais numerosos, são também mais penosos. Isso produz um grande impacto sobre a família mais pobre, especialmente sobre a economia familiar e sobre a saúde dos seus membros” (2011, p. 55). Isso afirma que mesmo que o tempo não possua um valor de mercadoria, ele possui um custo indireto no dia a dia das pessoas, como o impacto na saúde, conforme acima mencionado.

O VALOR DO TEMPO

Ao aportar os valores atribuídos aos bens e serviços na cidade grande, Georg Simmel, além de abordar a desigualdade na população, também correlaciona o valor do tempo quando observado as relações no meio urbano. Além do custo das coisas, o tempo também tem seu valor. O tempo está inserido em qualquer atividade presente no cotidiano e a sua duração condiciona ou até limita a realização. Simmel cria uma hipótese que “se repentinamente todos os relógios de Berlim andassem em direções variadas, mesmo que apenas no intervalo de uma hora, toda a sua vida e tráfego econômicos, e não só, seriam perturbados ao longo do tempo” (1903, p. 580). O fato é que o tempo está relacionado a fatores econômicos. Outra perspectiva que é possível atribuir ao tempo e o seu valor é o tempo de deslocamento nas atividades cotidianas.

A partir de agora, na cidade grande com o advento da máquina, o relógio ganha mais importância cronometrando as atividades, e não só elas, mas também o tempo gasto para chegar em uma atividade. Na cidade moderna, a distribuição das funções mudaram e agora as pessoas precisam se deslocar: a casa



é apenas a casa e não mais o local que era também do trabalho por meio da atividade manual. O novo local do trabalho é a fábrica e o operário precisa se deslocar. O trajeto casa-trabalho e trabalho-casa faz parte da sua rotina, assim como o tempo de deslocamento. Tempo de deslocamento também significa custo, custo de qualidade de vida e de acesso a oportunidades, pois o tempo despendido em deslocamentos na cidade grande determina o quão acessível outras atividades podem ser, como a possibilidade de realizar um curso após o retorno de um dia de trabalho, uma atividade de lazer ou esportiva, um hobby ou até mais horas de descanso na rotina diária, refletindo assim na qualidade de vida.

O autor, arquiteto e urbanista, Flávio Villaça traz essa perspectiva da qualidade de vida que acaba por se desgastar pelas intensas horas despendidas em longos trajetos. Há aqui uma relação entre desigualdade, tanto espacial como social, entre tempo e seus afetos na até na saúde devido ao desgaste no transporte. Villaça acaba por relacionar também como classes de maior poder aquisitivo conseguem manipular as localizações, que acaba por afetar nos elementos aqui apontados:

(...) cabe agora acrescentar o desgaste da energia dos seres humanos nos seus deslocamentos espaciais. A energia é recuperável. O tempo de deslocamento não. Esta é a razão por que a luta pelo controle dos tempos de deslocamento do ser humano domina as demais lutas pelo espaço: pelo controle da energia despendida, do tempo de deslocamento do capital e pelo controle da implantação da infra-estrutura.

Nas metrópoles brasileiras, a enorme desigualdade social produz espaços altamente desiguais. Não apenas do ponto de vista de seus equipamentos - coisa já fartamente destacada -, mas do ponto de vista de suas localizações. Na disputa pelo controle dos tempos de deslocamento, a classe dominante lança mão de várias estratégias (Villaça, 2017, p. 357).

Villaça, em seu texto "São Paulo: segregação urbana e desigualdade", de 2011, trabalha na mesma perspectiva de tempo de deslocamento. Usando como estudo de caso a cidade de São Paulo, Villaça faz uma relação entre a segregação espacial dos empregos das pessoas e das suas moradias. A partir disso, é relacionado a produção social do espaço e a produção social do tempo, relacionando o tempo gasto de deslocamento e a produção de desigualdades.

O controle do tempo de deslocamento é a força mais poderosa que atua sobre a produção do espaço urbano como um todo, ou seja: sobre a forma de distribuição da população e seus locais de trabalho, compras, serviços, lazer etc. Não podendo atuar diretamente sobre o tempo, os homens atuam sobre o espaço como meio de atuar sobre o tempo. Daí decorrem a grande disputa social em torno da produção do espaço urbano e a importância do sistema de transporte como elemento da estrutura urbana.

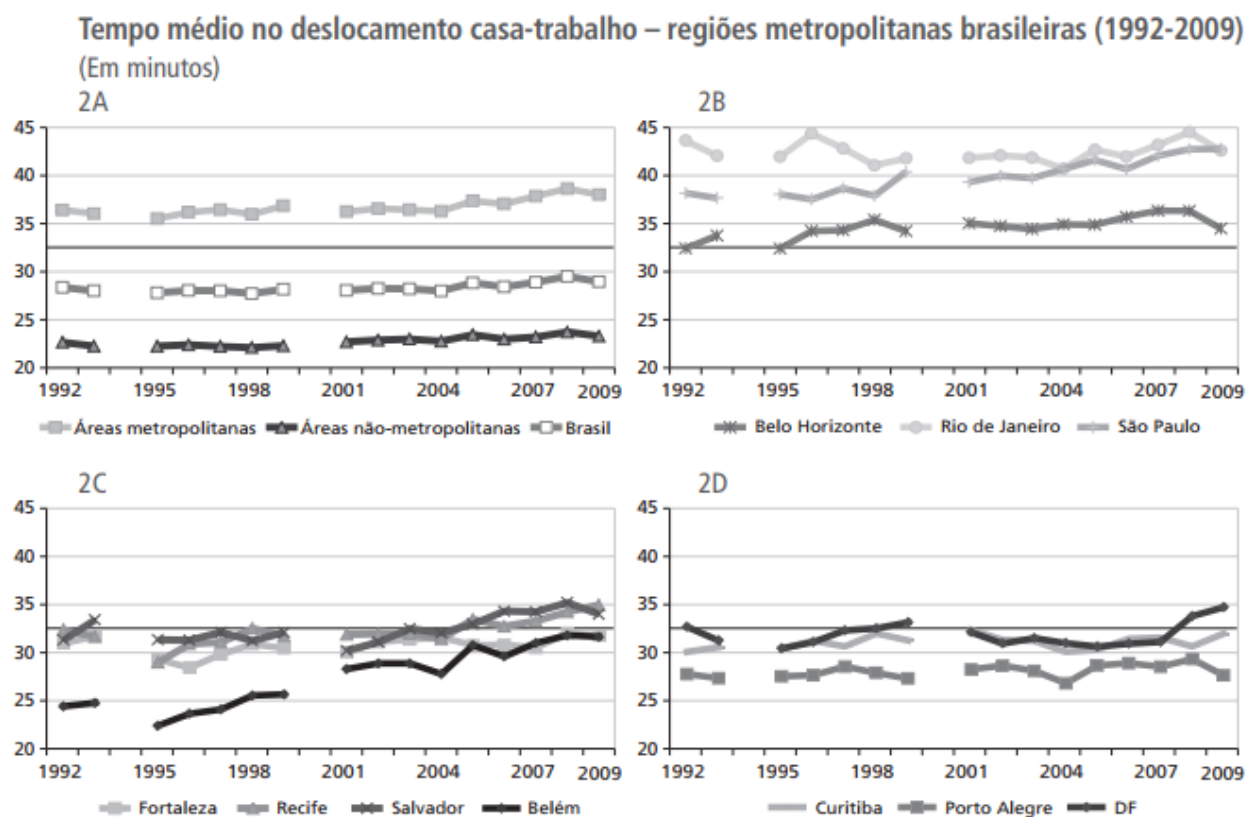
Daí decorre também a segregação como um mecanismo espacial de controle dos tempos de deslocamento (Villaça, 2011, p. 56).

Na mesma perspectiva do que Villaça trabalha e analisando dados reportados sobre os deslocamentos na cidade grande, outro dado ainda mais recente é uma das cidades brasileiras ter ganhado a colocação de segunda pior para o cidadão se locomover. Segundo o Business Name Generator, que analisou 53 cidades em todo mundo em 2022, o Rio de Janeiro foi considerada a segunda pior cidade para o trabalhador se locomover, ficando atrás apenas de Istambul, na Turquia. A pesquisa levou em consideração o tempo médio que as pessoas gastam no trânsito, o tempo de espera por um transporte público, o preço da tarifa e o preço do combustível. Eis aqui o registro do tempo de deslocamento e o seu valor condicionando a qualidade da rotina diária da população. Como dito anteriormente, qualidade que limita a realização de outras atividades.



Um exemplo de estudo que relaciona tempo de deslocamento e cidades metropolitanas e não metropolitanas é o trabalho divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por Rafael Moraes Torres e Tim Schwanen, intitulado como “Tempo de deslocamento casa-trabalho no Brasil (1992-2009): diferenças entre regiões metropolitanas, níveis de renda e sexo”. O trabalho está fundamentado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), tendo sido gerada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa estudou o tempo que a população gastava no deslocamento casa-trabalho, comparando as nove maiores Regiões Metropolitanas (RMs) do Brasil em um período entre 1992 e 2009. A análise abaixo apresenta uma comparação entre as regiões metropolitanas analisadas e o tempo de deslocamento casa-trabalho:

Figura 2: Comparação do tempo médio de deslocamento casa-trabalho nas diferentes RMs estudadas.



Fonte: Dados: PNAD (IBGE, vários anos). Elaborado por: Rafael Moraes Torres e Tim Schwanen, 2013.

Além dessa comparação, a pesquisa se preocupou em analisar o nível de renda da população das RMs em questão e sua relação como os deslocamentos, dividindo em decis de rendaⁱⁱⁱ:

Figura 3: comparação entre deslocamento casa-trabalho e decis de renda nas RMs estudadas.

Deslocamento casa-trabalho entre trabalhadores do 1º e 10º decil de renda¹ – regiões metropolitanas brasileiras (2008-2009)²

5A – Tempo médio no deslocamento casa-trabalho (Em minutos)



5B – Proporção de viagens casa-trabalho com mais de uma hora de duração (2008-2009)² (Em %)



Fonte: Dados: PNAD (IBGE, vários anos). Elaborado por: Rafael Moraes Torres e Tim Schwanen, 2013.

Notas: ¹ Decis de renda domiciliar per capita. ² Média móvel de dois anos.

O que fica claro com a comparação entre as duas temáticas trabalhadas nos gráficos produzidos pelos pesquisadores do IPEA é uma tendência maior a grandes tempos gastos nos trajetos rotineiros de casa para o trabalho afetando a população mais pobre (1º decil de renda e próximo dele), sendo ele mais expressivo nas RMs com maior tempo médio gasto nesse mesmo deslocamento, como o Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

O INDIFERENTE NA CIDADE COMPLEXA

“(…) caráter blasé, que na verdade se vê em todo filho da cidade grande.” (Simmel, 1903, p. 581). Para compreender a caracterização que Georg Simmel dá para o cidadão da cidade grande, é necessário retomar a sua contextualização inicial sobre o século XIX: período marcado pela busca individual da diferenciação e pela peculiaridade. Isso, segundo o autor, é o precursor para os problemas da vida moderna. O indivíduo na cidade moderna vivencia uma ampliação do nível de intelectualidade por estar em contato com mudanças e dinamicidade a todo momento. São sempre muitas informações simultâneas, acompanhadas de demandas e modificações. O ritmo da cidade moderna é rápido, muitas mudanças ocorrem ao mesmo momento, o fator “tempo” ganha maior importância e quem vivencia essa cidade muito mais complexa precisa acompanhar esse fluxo contínuo.

Retomando a forma como a relação de troca se dá na cidade grande, o autor caracteriza essa relação como algo *blasé*. A cidade grande é marcada pelo estado de indiferença de relações que as pessoas têm mutuamente, vendo as coisas sem ânimo e distinção. Diferentemente ocorre na cidade pequena, devido seu ambiente mais tranquilo e com menos mudanças. A cidade grande é tão constante e dinâmica que esse excesso de atividade e informações ocorrendo ao mesmo tempo levam ao estado de indiferença para muitas das coisas que estão acontecendo nessa velocidade. O habitante da cidade pequena acaba por ter comportamentos distintos do habitante da cidade grande. O caráter *blasé* é um caráter que também é trabalhado pelo sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman em seu livro “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual” (2003), referindo-se à indistinção que as pessoas tratam o próximo. Não se conhece e nem se busca conhecer quem mora perto ou trabalha no seu bairro ou na sua rua.

Conforme Zygmunt Bauman explica em sua obra, viver em comunidade significa viver em conjunto em busca de um bem comum, em busca de segurança e proteção. Porém, em troca dessa garantia, o indivíduo acaba por perder a liberdade. Para Bauman, o estar em comunidade significa a troca da segurança e proteção pela liberdade. Por outro lado, existem pessoas que optam pelo contrário. O filósofo argumenta que essas pessoas, comparadas e apelidadas por ele como *patrícios*^{iv} (2003), já se consideram tão bem na vida em diversos aspectos que estar em comunidade já não é mais uma necessidade. Pelo contrário, estar em comunidade poderia fazer com que eles se sentissem que estariam perdendo muitos dos seus benefícios decorrente da separação.

Os patrícios de hoje não precisam mais dos serviços da comunidade; na verdade, não conseguem perceber o que ganhariam permanecendo na e com a comunidade que já não tenham obtido por conta própria ou ainda esperam assegurar por seu próprio esforço, mas podem pensar em muitos recursos que poderiam perder caso se submetessem às demandas da solidariedade comunitária (Bauman, 2003, p. 50).

Outro ponto defendido para o distanciamento frente ao indiferente é a busca por uma sensação de segurança frente ao desconhecido, mesmo que o desconhecido possa ser alguém visto rotineiramente, mas que não se tem contato algum para estabelecer uma relação de confiança. Ao invés da busca pela comunidade para a manutenção da segurança, os indivíduos que compõem a comunidade trazem o estranhamento para quem está fora dela. O distanciamento pode vir de quem não conhecemos ou também não queremos conhecer, mesmo que muitas vezes estejam tão próximos, como o exemplo de vizinhança apresentado por Georg Simmel.

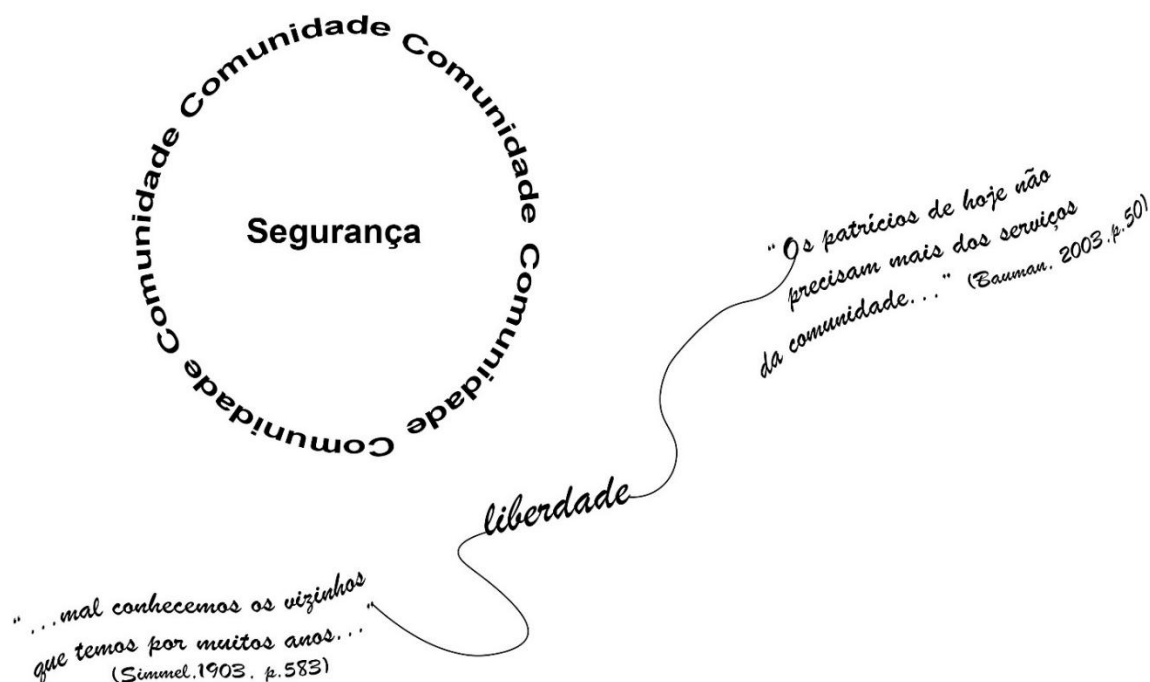
Se o contato exterior constante com incontáveis seres humanos devesse ser respondido com tantas reações interiores – assim como na cidade pequena, na qual se conhece quase toda pessoa que se encontra e se tem uma reação positiva com todos –, então os habitantes da cidade grande estariam completamente atomizados interiormente e cairiam em um estado anímico completamente inimaginável. Em parte, por conta dessa situação psicológica, em parte em virtude do direito à desconfiança que temos perante os elementos da vida na cidade grande, que passam por nós em um contato fugaz, somos coagidos àquela reserva, em virtude da qual mal conhecemos os vizinhos que temos por muitos anos e que nos faz frequentemente parecer, ao habitante da cidade pequena, como frios e sem ânimo (Simmel, 1903, p. 582-3).

Assim como Bauman, Simmel afirma que esse isolamento garante ao indivíduo uma liberdade. A escolha por não estar em comunidade é uma troca da segurança pela liberdade. Zygmunt Bauman explica que a comunidade refere-se a um estado em que a pessoa busca em troca de proteção. Pertencer a uma comunidade traz a garantia da segurança. Viver em busca de um bem em comum para todos. Viver em conjunto em busca de proteção. Porém, em troca dessa segurança, lhe é retirada a liberdade. Quando a separação é uma escolha, o autor explica que a pessoa toma essa decisão quando estar só não é mais



um problema, pois estar em comunidade se torna indiferente. Por outro lado, mesmo que a escolha por separação seja feita de forma voluntária por certas pessoas, outras acabam sendo atingidas involuntariamente. São essas separações indiretas que tão frequentemente ocorrem na dita cidade complexa e que acaba por refletir em quem nem tem o direito de escolher não fazer parte de um determinado grupo.

Figura 4: fluxograma que relaciona comunidade, segurança e liberdade.



Fonte: autoria própria, 2025.

OS GUETOS DO INTERESSE COMUM E SUAS CONSEQUENTES SEPARAÇÕES

Em contraponto com o indiferente na vida em sociedade, mesmo que na busca por liberdade, o indivíduo sempre vai de alguma forma, mesmo sendo mínima, buscar algum nível de comunitarismo. A busca por separação e isolamento de forma voluntária nunca acaba sendo de forma integral. Eis aqui a busca pelo interesse comum que formam os pequenos grupos. Fazer parte de um desses pequenos grupos é estar distante do que o indivíduo considera como indiferente, mas se identifica com as pessoas envolvidas nos ditos grupos, nos ciclos sociais. O que de fato acontece é a união de um pequeno quantitativo de pessoas que se identificam a partir de algum assunto ou atividade que essas pessoas têm afinidade. Georg Simmel argumenta sobre essa formação de ciclos de pessoas que, geralmente, começam de forma pequena, mas que são capazes de originar grupos maiores, devido os gostos compartilhados que se correspondem e unem essas pessoas:

O estágio mais inicial das formações sociais, que se encontra tanto nas formações históricas como naquelas que se formam atualmente, é este: um círculo relativamente pequeno, com uma limitação excludente rigorosa perante círculos vizinhos, estranhos ou de algum modo antagônicos, e em contrapartida com uma limitação includente estrita entre si mesmo, que permite ao mesmo singular apenas um espaço restrito de jogo para o desdobramento de suas qualidades peculiares e movimentos mais livres, de sua própria responsabilidade. Assim começam os grupos políticos e familiares, as formações de partidos, as confrarias religiosas (Simmel, 1903, p. 583-4).

O que de fato não deixa de acontecer é a exclusão diante dos pequenos grupos. Para gueto, citando o sociólogo Loic Wacquant, Bauman diz que existe a dualidade de confinamento espacial e social. É nele que é permitido a proximidade ou o distanciamento tanto físico como social. Quem está dentro está próximo. O fora, não se tem contato. É o que ele chama de homogeneidade dos de dentro em contraste com a heterogeneidade com os de fora (2003, p. 105). Essa separação escolhida, que de fato deveria ser uma busca pessoal, acaba consequentemente refletindo no próximo ao seu redor. Um exemplo mencionado por Bauman, com breve menção à Teresa Caldeira, é a configuração de condomínios fechados em bairros de classe média alta, nos quais acontece uma espécie de isolamento de quem não faz parte do grupo de moradores de determinado condomínio, pautando-se na segurança frente a violência que a cidade pode lhe oferecer.

Hoje é uma cidade feita de muros. Barreiras físicas são construídas por todo lado: ao redor das casas, dos condomínios, dos parques, das praças, das escolas, dos escritórios... A nova estética da segurança decide a forma de cada tipo de construção, impondo uma lógica fundada na vigilância e na distância.

Todos que têm condições adquirem seu apartamento num condomínio: trata-se de um lugar isolado que fisicamente se situa dentro da cidade, mas, social e idealmente, está fora dela. 'Presume-se que as comunidades fechadas sejam mundos separados' (Bauman, 2005, p. 38-39 apud Caldeira, 1996, p. 303-28).

Para isso, são usados inúmeros recursos de segurança nas "comunidades muradas" (gated communities), denominada pelo arquiteto Steven Flusty^v, em busca de prevenir o medo do desconhecido.

Esses condomínios, as gated communities, em que não se pode entrar sem ter sido previamente convidado, que têm guardas armados 24 horas do dia, circuito interno de televisão etc., não passam de um reflexo dos guetos involuntários nos quais os underclass, os refugiados e os recentes imigrantes foram atirados. Os nossos guetos voluntários - sim, voluntários - são resultado da vontade de defender a própria segurança procurando somente a companhia dos semelhantes e afastando os estrangeiros (Bauman, 2005, p. 84-85).

Como underclass, Bauman os diferencia dos desempregados e os explica como "(...) gente que não se soma a qualquer categoria social legítima, indivíduos que ficaram fora das classes, que não desempenham alguma das funções reconhecidas, aprovadas, úteis, ou melhor, indispensáveis, em geral realizadas pelos membros 'normais' da sociedade." (2005, p. 24). O que de fato acontece nas gated communities é a existência de barreiras, tanto visíveis como invisíveis. Os condomínios isolados e cercados prometem segurança dos que estão dentro e, consequentemente, exclusão dos que estão fora. Trata-se da busca por segurança por meio do isolamento e por meio da segurança paga por quem tem poder aquisitivo de pagar por ela. A segurança acaba se tornando um objeto de compra com o argumento de proteção do desconhecido e, indiretamente, exclusão dele.

As "comunidades cercadas" pesadamente guardadas e eletronicamente controladas que eles compram no momento em que têm dinheiro ou crédito suficiente para manter distância da "confusa intimidade" da vida comum da cidade são "comunidades" só no nome. O que seus moradores estão dispostos a comprar ao preço de um braço ou uma perna é o direito de manter-se à distância e viver livre de intrusos (Bauman, 2003, p. 52).

Somado a isso e em uma perspectiva ainda mais recente, comprovando a permanência da compra pela segurança, o arquiteto Percival Barboza, fundador da PB+A Arquitetura da Segurança, diz que:



Normalmente, não há visibilidade entre a rua e o interior do condomínio e, às vezes, nem sequer a portaria enxerga a rua, nem sequer o porteiro, que é um vigilante natural (...), eles não conseguem enxergar a rua porque 'os caras' colocam a guarita lá trás, distante do alinhamento e ainda colocam um vidro preto na frente. Você entra no seu prédio e não sabe nem quem é o porteiro que está lá.^{vi} (Barboza, 2023).

O exemplo mencionado acima trata de um distanciamento que se fortalece cada vez mais. Primeiramente, de quem realmente está fora e depois até de quem está dentro. Trata-se de uma separação em barreiras, barreiras essas que são verdadeiras contenções territoriais permanentes (Haesbaert, 2014). Mesmo sendo físicas, elas conseguem gerar outras exclusões invisíveis.

CONCLUSÃO

A partir das análises realizadas com a perspectivas de Georg Simmel e Zygmunt Bauman sobre as relações sociais na cidade grande, é possível constatar como o meio urbano influencia nas interações das pessoas entre si. O fato não acontece simplesmente na cidade grande, mas também na cidade de menor proporção e dinamismo econômico, a cidade pequena. O diferencial entre ambas é a quantidade de desdobramentos que as relações sociais geram em um ambiente mais ativo e variável, com mais circulação de pessoas, produtos e serviços. De fato a cidade se torna complexa, com mais pessoas e funções para serem administradas. Como trabalhado por Henri Lefebvre, a cidade passa a ser um fenômeno urbano (1970).

Dentro de tanta complexidade e de tantas relações sociais existe o indiferente. Com tantas mudanças e informações, o caráter *blasé* vem como resposta aos diversos contatos. Passa a classificar momentos, pessoas ou até atividades como algo indiferente, torna-se uma prática percebida na cidade moderna, carregada de tantas mudanças e novas informações. Mesmo diante do caráter *blasé*, as pessoas ainda conseguem realizar relações de proximidade com outras pessoas que possuam afinidades semelhantes. Surgem assim os pequenos grupos que se aproximam por algum interesse em comum. Conforme trabalhado na presente reflexão, os guetos do interesse comum.

Contudo, em contraponto ao interesse em comum, oriundo das relações sociais realizadas no meio urbano, existem também as exclusões. A mesma cidade que une, também separa. Não pertencer a um grupo, principalmente como exemplo do determinante renda, ocasiona em desigualdades que andam em cadeia. Desigualdades sociais ocasionadas pela renda, desigualdades socioespaciais que determina quem tem acesso a diferentes espaços na cidade e, conseqüentemente, desigualdade de acesso a oportunidades, seja de trabalho, estudo, relações sociais ou até lazer. Limitar uma pessoa a um lugar, limita as suas chances de vivências diárias.

Somado a isso, foi visto que a limitação não está somente atrelada ao poder quantitativo das pessoas, mas pode estar atrelada também ao tempo. Na cidade grande, o tempo tem um valor altíssimo, mas não monetário, e sim de oportunidade. Tudo na cidade complexa possui valor, principalmente a marcação do relógio. Seus ponteiros andam com a mesma constância para todos, mas o valor que a cidade grande atribui não é o mesmo.

Outro ponto de importância para as desigualdades que advém do interesse comum é o valor que é atrelado ao uso da terra. A atribuição de diferentes valores para o solo urbano é um mecanismo para atender pequenos grupos que possuem grande poder de compra. A especulação imobiliária é criada para atender interesses individuais em detrimento de necessidades coletivas. Eis aqui mais um exemplo de camadas com menor poder de compra sendo excluída por grupos de maior poder de compra que podem pagar pelo seu benefício individual.

O que de fato exemplifica o efeito das relações sociais na cidade grande é a sua dualidade, pois ao mesmo tempo que a interação mútua aproxima, ela também separa quem está de fora. A aproximação acontece diante de interesses em comum. As relações sociais, principalmente as propiciadas por renda, segregam



mesmo que não agindo diretamente no espaço, mas construindo o espaço urbano pelas relações entre as pessoas que o ocupam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAOS PLANEJADO: **Segurança urbana: a solução é construir muros?** Entrevistado: Gustavo Caleffi e Percival Barboza. Entrevistador: Anthony Ling. [S.l]: Spotify, 7 jun. 2023. Podcast. Disponível em: <https://caosplanejado.com/podcast-82-seguranca-urbana-a-solucao-e-construir-muros/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

HAESBAERT, Rogério. **Cidade vigiada, cidade i-mobilizada: Rio de Janeiro do Big Brother aos novos muros**. IN Haesbaert, R. *Viver no Limite: território e multi/ transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999 (original, 1970).

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade e a Divisão do Trabalho**. IN Lefebvre, H. *A Cidade do Capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999 (original, 1978).

LEFEBVRE, Henri. **Space, state, world: selected essays**. Edição: Neil Brenner, Stuart Elden. Tradução: Gerald Moore, Neil Brenner, Stuart Elden. Minnesota, USA: University of Minnesota Press, 2009.

LUQUES, Ione. **Rio é a 2ª pior cidade, entre 53 pesquisadas, para o profissional que precisa se deslocar até o trabalho**. Extra, 2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/rio-a-2-pior-cidade-entre-53-pesquisadas-para-profissional-que-precisa-se-deslocar-ate-trabalho-25577391.html>. Acesso em: 7 maio de 2023.

MANGOLIN, Cesar. **O conceito de modo de produção**. Disponível em: <https://cursohumanidades.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/02/curso-marxismo-aula-o-conceito-de-modo-de-producao-2010-texto-do-prof-cesar-mangolin-de-barros.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2024.

PEREIRA, Raphael; SCHWANEN, Tim. **Tempo de deslocamento casa-trabalho no Brasil (1992-2009): diferenças entre regiões metropolitanas, níveis de renda e sexo**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, p. 1-38, fevereiro, 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/958/1/TD_1813.pdf

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito**. 1903.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Studio Nobel, 2017.

VILLAÇA, Flávio. **São Paulo: segregação urbana e desigualdade**. São Paulo: Estudos avançados, 2011.



NOTAS

ⁱ O termo “cidade grande” diz respeito às cidades de grande porte, densamente construídas e populosas, assim como, no decorrer do texto, faz referência ao fenômeno urbano, de Henri Lefebvre (1970).

ⁱⁱ Termo cunhado pelo filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre em 1970, para definir a cidade que, com a Revolução industrial, se tornou tão complexa e numerosa que agora passa a receber a definição de fenômeno urbano.

ⁱⁱⁱ Decis de renda é um método de estatístico para subdividir em 10 seções iguais o grupo analisado.

^{iv} A comparação feita por Bauman diz respeito à classe nobre da Roma Antiga, composta por pessoas consideradas cidadãs e, consequentemente, privilegiadas.

^v As comunidades muradas (gated communities) são condomínios isolados e protegidos que dispõem de entrada controlada, cercas sofisticadas, guardas armados e aparelhagens de televigilância. (N.E.I.)

^{vi} Fala do Arquiteto Percival Barboza em entrevista ao podcast Caos Planejado, realizado pelo entrevistador Anthony Ling, em junho/2023, com a temática “segurança urbana: a solução é construir muros?”.

